



ACÓRDÃO Nº 341/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11353/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Samarone da Silva Moura, Gestor e Ordenador das contas à época.
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2075 /2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 600/602).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Prazo. Alcance. Determinação. Recomendações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Samarone da Silva Moura**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins, referente ao exercício de 2015, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE (Regimento Interno TCE/AM);
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. Samarone da Silva Moura**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de Documento de Arrecadação - DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 - Multas Aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, com base no art. 54, II, da Lei Orgânica TCE/AM c/c o art. 308, VI, do Regimento Interno TCE/AM, relativa às restrições remanescentes. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Considerar em Alcance** o **Sr. Samarone da Silva Moura**, no valor de **R\$ 398.431,15** (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quinze centavos), que deve ser



ACÓRDÃO Nº 341/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recolhido na esfera municipal para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE, em função das glosas especificadas pelo Parquet. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;

10.5- Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE Parintins:

10.5.1- Que atualize e providencie melhorias no detalhamento das informações, com fins de atender as expectativas de controle social pela população na forma que determina o art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC nº 101/2001;

10.5.2- Que adote providências no sentido de republicar, com as devidas correções, as demonstrações contábeis poder executivo para que refaça o Balanço Patrimonial e que seja republicado com as devidas correções;

10.5.3- Que tome as medidas cabíveis para obter os referidos débitos do sistema de faturamento e cobrança e que a próxima Comissão de Inspeção averigue se, de fato, foi sanado o questionamento;

10.5.4- Que cumpra com mais rigor o art. 26, parágrafo único, III, da Lei Federal 8.666/1993 - Lei de Licitações.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral